

ASPECTOS DA TRANSIÇÃO PARA AS ATIVIDADES URBANO-INDUSTRIAIS DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA

Fabio RICCI¹

Resumo

Esta pesquisa discute a transição de uma região pioneira do café para uma região urbano-industrial. Tendo como referência documentos oficiais e dados estatísticos e utilizando do método comparativo-dedutivo, aborda os efeitos dessa transição sobre a renda e a população, demonstrando a decadência desigual do café entre os municípios, embora em algumas cidades a renda obtida com essa cultura tenha sido mantida. Em relação à população, sua evolução ocorreu paralelamente ao período de auge da atividade cafeeira, porém, no período de decadência dessa atividade, sofreu estagnação. As primeiras atividades industriais, voltadas para o abastecimento local ou regional, aproveitavam matérias-primas locais. Essas atividades eram sobrecarregadas de impostos e não recebiam incentivos, pois o poder municipal era constituído por agricultores. Outras atividades urbanas começaram a surgir bem como novos produtos agrícolas, respectivamente o saneamento básico e a cultura do arroz. O estudo destaca a ferrovia como fator essencial para a atração e a instalação da indústria têxtil na região e a consolidação da indústria.

Palavras-chave: História Econômica. Urbanização. Industrialização. Vale do Paraíba-Estado de São Paulo.

Abstract

Transition aspects to urban-industrial activities of paulista paraiba valley in the old republic period

The paper discusses the transition from a pioneering region for a coffee urban-industrial region. It also approaches the effects on the income and the population, demonstrating the coffee declining, which was uneven among the municipalities. Some municipalities kept their income from this activity. The evolution of the population was parallel to the coffee activity during the peak, stagnating and even decreasing in the period of the activity declining. There was urbanization, reaching more than the half of the population in urban areas. The first industrial activities were taking advantage of local raw materials and focused on the local or regional supplies. They were recorded enough in taxes and they did not receive any incentive, because the municipal government was formed by farmers. Other urban activities began to emerge, such as sanitation, and it also pointed to the railroad as a factor attraction to the textile industrial activities and, from the beginning of the textile industrial installation in the region, it consolidated the region industrial alternative.

Key words: Economic History. Urbanization. Industrialization. Paraíba Valley- São Paulo State.

¹ UNITAU - Universidade de Taubaté - Professor Assistente III. E-mail: professorfabioricci@gmail.com

A DINÂMICA DA ECONOMIA CAFEIEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE RENDA E POPULAÇÃO

Quando os historiadores econômicos, geógrafos, arquitetos e outros estudiosos de áreas diversas, como engenharia, ouvem sobre o pólo tecnológico aeronáutico de São José dos Campos, das indústrias automobilísticas, eletro-eletrônicas e de base dos municípios de São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, etc, todos situados no Vale do Paraíba paulista, logo lhes vêm à memória o processo de transbordamento da indústria da metrópole paulista e o processo de interiorização da indústria ocorrida no Estado de São Paulo a partir da década de 1950/60.

Há também o período de prosperidade econômica que viveu o Vale do Paraíba no século XIX. Como nos indicou Müller, a cafeicultura foi sem dúvida fator de progresso da região, que cresceu e diversificou as funções dos centros urbanos.(MULLER, 1969-a: 55-67)

Os barões do café e sua ascensão política sobre a sociedade brasileira do período foram uma das conseqüências dessa prosperidade. Esta sobreviveu ao tempo, conseguindo no plano político estender-se até o século XX, com a primeira eleição de Rodrigues Alves para a presidência da República, em 1902, mandato que terminaria em 1906, ano do Convênio de Taubaté, que iria estabelecer a valorização do produto no mercado internacional por meio da retenção de estoques dos excedentes produzidos. Ambos os fatos deram-se na região em decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba, cuja cultura avançara para o Oeste paulista.(MILLIET, 1946, p.17-27)

Inicialmente, demonstraremos que a evolução do processo de decadência da atividade cafeeira na região não foi homogênea. A produção cafeeira na região e no Estado de São Paulo correspondia praticamente à produção do Brasil.

Como podemos observar na tabela 1, no início do terceiro quartel do século XIX, o Vale do Paraíba Paulista, denominado "Região Norte" por Milliet, já experimentava situação de declínio na participação da produção estadual, que teve duas significativas expansões de produção no último quarto do século XIX. Isso é explicado pelo desequilíbrio na evolução da produção cafeeira: a alternância de boas e más colheitas. (FAUSTO, 1985) Essa produção regional, embora experimentando queda na proporção da produção total do estado de São Paulo, manteve uma produção física regional cuja queda foi menos significativa. Tomando-se por base 1854, o ano do auge da produção regional, temos em 1935 uma produção de 32,8% comparada à daquele ano..

Tabela 1 – Produção de Café no Estado de São Paulo, Porcentagem

Ano	Norte*	Central **	Mogiana	Paulista	Araraquar	Noroeste	Alta Soroca	Total
1836	86,50	11,93	0,14	1,43	—	—	—	100,00
1854	77,46	13,91	2,31	6,32	—	—	—	100,00
1886	19,99	29,00	21,81	23,69	4,05	—	1,46	100,00
1920	3,47	12,58	35,53	18,77	18,79	3,27	7,59	100,00
1935	1,71	7,09	16,25	11,65	26,94	23,92	12,44	100,00

Fonte: MILLIET, 1946, p. 17-27.

*Inclui os municípios do Vale do Paraíba Paulista e litoral norte do Estado. MILLIET,1946:10.

**Inclui os municípios abrangidos pela área poligonal entre a Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade e Una. MILLIET, 1946, p. 10.

Além disso, a produção regional apresentava desequilíbrios na sua evolução, que, como podemos observar na tabela 2, fez com que alguns dos municípios sofressem uma decadência nas suas produções a valores insignificantes, como aqueles municípios da região, amplamente conhecidos pelos estudos na bibliografia sobre o café, por terem sido os seus

grandes produtores, como Bananal e Areias enquanto outros mantiveram uma produção física capaz de manter a atividade cafeeira com importância econômica, destacando-se Taubaté. Este município produzia em 1935 praticamente o mesmo que em 1854. Sendo que, conforme Maria M. de Abreu, a partir de 1900, passou a ser, com produção de 600.000 arrobas, o maior produtor regional. (ABREU,1985, p. 38) A sua participação na produção regional, que era de 12,8% em 1854, passou para 36,8% ao final do período. Outros municípios que não sofreram queda tão acentuada em sua produção foram Guaratinguetá, Lorena e São José dos Campos. Neste último houve crescimento.

Tabela 2 – Produção de Café, Vale do Paraíba, Arrobas e Porcentagem

Municípios	1854		1886		1920		1935	
	Arrobas	%	Arrobas	%	Arrobas	%	Arrobas	%
Areias	386.094	13,9	480.000	24,6	79.900	10,8	52.335	5,9
Bananal	554.600	20,0	-	-	15.847	2,2	13.650	1,6
Guaratinguetá	100.885	3,6	350.000	17,9	97.687	13,3	63.625	7,2
Jacareí	240.010	8,7	86.000	4,4	21.880	3,0	39.540	4,5
Lorena	125.000	4,5	176.667	9,0	130.961	17,8	107.040	12,2
Paraibuna	118.320	4,3	10.000	0,5	11.747	1,6	68.725	7,8
Pindamonhangaba	350.000	12,6	200.000	10,2	84.520	11,5	51.109	5,8
S. José dos Campos	60.000	2,2	250.000	12,8	51.173	6,9	134.254	15,3
Taubaté	354.730	12,8	360.000	18,4	222.147	30,2	324.293	36,8
Outros Municípios	484.000	17,4	41.600	2,2	20.833	2,7	25.246	2,9
Total da Região	2.773.639	100,0	1.954.267	100,0	736.695	100,0	880.167	100,0

Fonte: MILLIET, 1946, p. 41. A produção de Bananal relativa a 1886 está somada à Areias.

Se levarmos em conta a cotação do preço do café no mercado internacional, que foi, para os anos mencionados acima: 1854 – U\$ 2,875/arroba; 1886 – U\$ 3,537/arroba; 1900 – U\$ 2,446/arroba; 1920 – U\$ 6,446/arroba; 1935 – U\$ 2,512/arroba (DELFIM NETTO, 1961, p. 346-7), vemos que até 1920, alguns municípios, principalmente Taubaté, puderam manter a captação de recursos com a produção de café, como estimamos na tabela a seguir:

Observando os dados da tabela 3, podemos concluir que a região experimentou

Tabela 3 – Desenvolvimento do Faturamento, 1854=100

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	100,00	152,95	46,40	11,84
Bananal	100,00		6,41	2,15
Guaratinguetá	100,00	426,81	217,10	55,10
Jacareí	100,00	44,08	20,44	14,39
Lorena	100,00	164,87	234,90	74,82
Paraibuna	100,00	10,40	22,26	50,75
Pindamonhangaba	100,00	70,30	54,14	12,76
São José dos Campos	100,00	512,61	191,22	195,50
Taubaté	100,00	124,85	140,41	79,88
Outros municípios	100,00	10,57	9,65	4,56
Total da Região	100,00	86,34	59,55	27,72

Fonte: MILLIET, 1946, p. 41; DELFIM NETTO, 1961, p. 346-347.

grande queda no faturamento com o café, chegando a 1935 com 27,72% do faturamento observado em 1854. No entanto, alguns municípios não sofreram queda tão acentuada, mantendo um fluxo de renda para a região capaz de manter as atividades dos municípios e viabilizando recursos para o fomento ao desenvolvimento de outras atividades, entre as quais a indústria têxtil. Particular atenção merece o faturamento relativo a 1920, que, com o preço artificialmente elevado por força da retenção de estoques de café em função do cumprimento do acordo de valorização do café de 1906, conhecido como convênio de Taubaté (FAUSTO, p. 1985, 193-248) manteve a renda elevada em um patamar superior, correspondendo em 1920 a 26,6% da produção na comparação para os mesmos anos. Com isso, alguns municípios mantiveram durante o período de cerca de 20 anos uma renda elevada com a atividade, auxiliando a capitalização e investimentos, no entanto, para a maioria dos municípios da região o impacto não foi significativo.

Wilson Cano, em seu estudo sobre a dinâmica da cultura cafeeira no oeste paulista e sua relação com a industrialização paulista, aponta escassez de capital no Vale do Paraíba como justificativa para a sua estagnação econômica. (CANO,1990, p. 23-30) No entanto, Müller já apontava ser esse um fato discutível, que dependia de comprovação. (MULLER,1969-a, p. 2) Demonstrado pelos dados acima que essa escassez de capital, considerando-se as condições regionais, não se aplica aos municípios pioneiros da industrialização regional, com exceção de Jacareí, e que desenvolveram um forte processo de industrialização posterior. Esses municípios pioneiros foram Taubaté, Jacareí, Guaratinguetá e, posteriormente, São José dos Campos. Nesse sentido cabe um estudo específico delimitando melhor o que é a área de produção cafeeira que se encaixa no perfil de cidades mortas, termo imortalizado por Monteiro Lobato e amplamente utilizado na literatura de história econômica do Brasil, generalizando uma região que, como demonstramos é heterogênea. Matos(1990) aponta para a região de Vassouras cerca de metade da produção cafeeira nacional em 1886, quando já em decadência, similar a queda ocorrida em Areias e Bananal.

Outro aspecto que merece atenção, por constituir-se em fator vital para as atividades produtivas, diz respeito à oferta da força de trabalho. Nesse ponto, a economia cafeeira foi fundamental para o povoamento intensivo da região. Milliet aponta para os anos-referência a seguinte população regional:

Esse povoamento se faz mais intensamente, de 1836 até 1886, período áureo da

Tabela 4 – Evolução da População do Vale do Paraíba Paulista, 1850 = 100

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	100,00	220,02	189,89	202,65
Bananal				
Guaratinguetá	100,00	186,90	314,28	283,20
Jacareí	100,00	167,98	257,21	317,41
Lorena	100,00	391,46	505,33	559,76
Paraibuna	100,00	243,53	443,69	368,86
Pindamonhangaba	100,00	171,28	294,87	275,07
São José dos Campos	100,00	258,20	442,41	455,75
Taubaté	100,00	182,11	382,99	305,02
Outros municípios	100,00	212,18	318,46	329,98
Total	100,00	228,12	345,85	338,71

Fonte. MILLIET, 1946, p. 39.

cafeicultura na região. A urbanização da região apresenta grande vitalidade. Entre 1842 e 1875 quinze núcleos urbanos foram elevados à categoria de cidades. (MÜLLER, 1969-b)

No período seguinte, em que a produção cai significativamente, tanto em valores absolutos quanto em comparação com a produção do Estado de São Paulo, alguns municípios experimentam elevação de sua população, como Lorena, Taubaté e São José dos Campos. Destaca-se que nesse período a “crise da abolição” que arruinou de vez a lavoura cafeeira do médio Paraíba. (MATOS, 1990)

No período final, 1920/1935, a população da região decresceu no geral, o que pode, genericamente ser atribuída a decadência definitiva da produção cafeeira e do fim da política de valorização do café que manteve o faturamento da atividade artificialmente elevado até o final da década de 1920, quando então foi inviabilizado pelos efeitos da crise de 1929.. Porém, mesmo nesse contexto, alguns municípios experimentam evolução populacional, como Jacareí, com incremento de 23,4%. Examinando-se mais detidamente o perfil populacional, observamos um processo de urbanização crescente. Taubaté apresentava um índice de população urbana de 59,7% em 1934.(ABREU, 1985)

Como bem observou Müller(1969-a), essa população, particularmente a parcela urbana, gerou necessidades de consumo, tais como roupas, calçados, chapéus, gravatas, cobertores, etc., que só seriam atendidas com a produção industrial. Sem dúvida, essa população auxiliava a formação de um mercado de consumo interno, embora diminuto.

No entanto, o fato mais importante é que, com a decadência da cafeicultura, a mão-de-obra utilizada na lavoura migrou para as cidades. O elemento negro foi, pelo menos parcialmente, transferido para as atividades geradoras do complexo cafeeiro do oeste paulista. Esse complexo constituía-se da montagem das fazendas, instalação de meios de transporte e operação da unidade propriamente dita, entre outras atividades.(CANO,1990)

Nesse processo, o trabalhador nacional foi amplamente utilizado nos dois primeiros casos, enquanto o trabalhador imigrante no terceiro.(KOWARIC,1994; MARTINS,1990) Outra parcela concentrou-se nas cidades, oferecendo disponibilidade de força de trabalho. Essa disponibilidade constitui-se num dos principais fatores de atração de investimentos. A oferta de mão-de-obra em níveis elevados acarreta a possibilidade de redução de salários, permitindo a fabricação de produtos com preços competitivos e a ampliação da obtenção de excedentes em forma de lucros.

AS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS E AS CONDIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Houve a instalação de atividades industriais, ou urbanas, desde o final do século XIX que nos ajudam a perceber a trajetória dessa atividade e as relações entre a atividade industrial e o poder público, ainda antes da decadência definitiva do café na região.

A Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo(PACHECO; CHAVES, 1888, p. 262) registra na região do Vale do Paraíba, em 1886, significativa quantidade de estabelecimentos “industriais”. Selarias, ferrarias, olarias, beneficiamento de arroz, indústria têxtil, fábrica de meias, louças de barro, engenho central, destilaria de álcool, cervejarias, refinações de açúcar, fábricas de aguardente, marmorarias, etc. Obviamente, temos de relativizar a definição de indústria para a época. Para isso, consideramos como parâmetro as categorias apontadas por Oliveira (OLIVEIRA, 1992, p. 14-15) em seu estudo sobre a pré-indústria fluminense, que vão desde oficinas arcaicas até indústrias com maquinários modernos.

Müller (1969-b, p. 2-3) considera que esses primeiros estabelecimentos ou eram de beneficiamento ou aproveitamento de produtos agrícolas (arroz e cana) ou de aproveita-

mento de matérias - primas locais (gás a partir do xisto, louças de barro), enquanto as demais, com certeza, só deveriam atender ao mercado interno das cidades ou, no máximo, da região. A exceção ficava por conta da indústria têxtil.

Essa fase de pré-industrialização regional coincide com o primeiro momento característico da evolução da política industrial do Brasil no período de 1880-1930 apontado por Luz (1978, p. 167).

É preciso esclarecer que os amparos concedidos foram balizados pelas necessidades do fisco e, conseqüentemente, da política alfandegária. Essa política é clara quando, tendo em vista "nacionalizar" a indústria de tecidos de algodão, diminuem-se os direitos sobre corantes importados, elevando-se as tarifas sobre os fios tintos. (LUZ, 1978, p. 167) A política de proteção é feita pontualmente, preservando as necessidades do fisco. Parte da fiação continuaria a ser importada e garantiria as necessidades do fisco e o acréscimo de custo seria arcado pelas fábricas de tecelagem, em favor das fábricas de fiação.

Do exposto, consideramos que as atividades manufatureiras desenvolviam-se na região de acordo com as orientações da política industrial do governo, como podemos perceber com algumas informações obtidas da Cia. Gás e Óleos Minerais, do Engenho Central, da inserção da produção de arroz, da Fábrica de Troles e da concessão dos serviços de abastecimento de água.

O relatório de 1888 da Comissão de Estatística destaca a exploração e lavras de xisto betuminoso de Taubaté como sendo a atividade de maior importância do setor na província. (PACHECO; CHAVES:1888,260) Concessão de 1881, a Companhia de Gás e Óleos Vegetais de Taubaté inicia a produção em setembro de 1884, abastecendo a cidade de iluminação pública. Em 1887, a companhia extraiu 2.089 toneladas do produto, produzindo 27.379 galões de óleo e 2.664.880 pés cúbicos de gás. A Província contava à época com quatro cidades iluminadas a gás: A Capital, Campinas, Santos e Taubaté, sendo que apenas Taubaté produzia gás a partir do xisto existente no local. O relatório atesta ainda que

Na exposição provincial de 1885, levada a efeito pela Associação Comercial e Agrícola de São Paulo, fizeram-se representar (a Companhia de Gás e Óleos Vegetais de Taubaté) e foram premiados alguns produtos desta fábrica. (PACHECO; CHAVES, 1888, p. 260)

Entre unidades de maior porte, o relatório indica a existência de quatro engenhos centrais na Província (Lorena, Piracicaba, Capivari e Porto Feliz). O engenho de Lorena começou a operar em 1884, com capacidade de moagem de 240 toneladas/dia. No entanto, a capacidade de produção teve taxa de utilização de 6,82% na safra 1886/1887, moendo 7.130 toneladas. (EVANGELISTA, 1987, p. 262) Em que pese a baixa rentabilidade dos engenhos, por terem sido montados com maquinário obsoleto (GRAHAM, 1973, p. 160) o índice de ocupação mostra que a atividade não se expandiu como previsto e, poucos anos depois, o engenho foi desativado.

A utilização do Engenho era viabilizada por uma área de plantio ocupada pela colônia de Canas (1885). Eram 82 lotes para produção de cana-de-açúcar, ocupados por italianos, belgas, portugueses, etc.

É interessante observar pelos documentos da Câmara que, de início, as preocupações voltam-se para a solução dos problemas locais de forma ampla, incluindo a necessidade de trabalho para os pobres nacionais. (EVANGELISTA, 1987, p. 200) Porém, ao pleitear os incentivos do Estado, era imprescindível adequar-se às políticas gerais da atividade econômica por ele implementadas. Com isso, percebe-se a mudança do conteúdo dos argumentos dos documentos da Câmara que se referem inicialmente à necessidade de diversificação de culturas e técnicas de plantio, em substituição da cultura do café, que poderia ser melhor viabilizada com a imigração. (EVANGELISTA, 1987, p. 204) A documentação da Câmara passa a fazer referência à imigração. De fato a ocupação do Núcleo Colonial de Lorena foi efetivada com trabalhadores imigrantes, principalmente belgas e italianos.

Dos relatos acima, podemos concluir que os recursos do Estado só viriam se fossem para um núcleo colonial de imigrantes, de acordo com a política de imigração. (LANNA, 1989) Outra conclusão é a de que havia disponibilidade de mão-de-obra na região, característica estrutural do país amplamente defendida na literatura de História Econômica Brasileira.

Lorena prefere resgatar a cultura da cana no município como dinamizador da sua economia num momento em que não havia condições para isso. Os preços externos caíam vertiginosamente, ao mesmo tempo em que áreas produtoras com técnicas mais modernas, particularmente nas Antilhas, deslocavam o produto brasileiro do mercado mundial. No mercado interno, os engenhos do interior paulista atingem um índice de ocupação elevado e cumprem seu papel de incentivador da economia, contando com os fatores favoráveis da atividade canvieira no setor agrícola nas suas regiões, o que não havia em Lorena.

Com relação ao beneficiamento de arroz, podemos também vinculá-lo à busca de diversificação da produção, em alternativa ao café. A imigração viabilizou esse processo, que se inicia com a introdução da cultura pelo núcleo colonial do Quiririm, em Taubaté.

Composto por cerca de cem famílias italianas, o núcleo dedicou-se à rizicultura irrigada nas várzeas do Paraíba. A cultura era nova no município e ficou à margem dos tradicionais agricultores da cidade. A chegada dos imigrantes italianos e a formação da Colônia Agrícola de Quiririm abriu uma nova era para a lavoura de Taubaté e região, chegando a liderar a produção de arroz do Estado e assim ganhar destacada posição no conceito social taubateano. Esse reconhecimento devia-se à importância que a atividade obteve na economia local e regional, em função do grande esforço de trabalho e à obtenção de elevada produtividade da cultura nas várzeas da região. O arroz, depois de beneficiado nos engenhos da colônia, era enviado para outras regiões do Estado de São Paulo, para o Rio de Janeiro e para o sul de Minas Gerais. (SOCIETÁ, 1997, p. 32-3) As elites regionais estavam obtendo os resultados da exploração de um produto que era adequado às novas demandas dos centros urbanos. O abastecimento era vital para o crescimento paulistano e o arroz um importante componente.

Desde o princípio, a documentação da Câmara de Taubaté fala em imigrantes, não fazendo referência aos pobres nacionais, como acontecera em Lorena.

O assentamento dos imigrantes deu-se em terrenos desapropriados com verbas de empréstimos da Assembléia Provincial. A 5 de janeiro de 1889, Francisco de Paula Toledo assinou um contrato com o Ministro da Agricultura para a fundação de um núcleo colonial na fazenda Quiririm, de sua propriedade. Pelo contrato, Toledo cedia metade de suas terras, sem remuneração alguma, para o loteamento a ser feito pelo governo imperial. A outra metade ficaria para si, em lotes intercalados com os do governo, que deveriam ser vendidos a imigrantes. (SOCIETÁ, 1997, p. 31) Toledo, importante político local e grande fazendeiro, consegue assim valorizar suas terras, vendendo posteriormente os lotes intercalados.

Outra atividade na colônia do Quiririm foi a olaria. O desenvolvimento da atividade inseriu a produção de artigos cerâmicos com a utilização de mão-de-obra de ex-escravos. Construções de alvenaria foram sendo edificadas no município e na região, substituindo as casas de taipa de pilão. (SOCIETÁ, 1997, p. 34)

Além das indústrias e atividades citadas, encontramos referências a outras unidades industriais. Uma delas foi a fábrica de troles de João Lindquer. Observamos dificuldades dos pioneiros das atividades manufatureiras com o problema de tributação sobre suas atividades, como podemos observar no seu requerimento feito à Câmara Municipal:

Reclamando contra o lançamento feito em sua fábrica de troles e veículos desse gênero, para pagar imposto da fábrica e da oficina de ferreiro; e, fazendo ver que a oficina de ferreiro é um complemento da fábrica de troles por fazer uso dela só para esse fim, requer que esta câmara ordene o que for de justiça. (GUISARD FILHO, 1944, p. VI-207)

O requerimento foi deferido. No entanto, novo requerimento é apreciado na sessão de 31/1/1887, tendo a comissão permanente apresentado o seu parecer nos seguintes termos:

Quanto à petição de João Lindquer a comissão permanente diz que - Em vista das razões expendidas pelo peticionário, é de parecer que pague somente o imposto de fábrica de trólis etc. por depender esta das de ferreiro e carpinteiro e ter sido esta a resolução da câmara transata. (GUISARD FILHO, 1944, p. VII-37)

No entanto, a composição da Câmara era majoritariamente de fazendeiros, como podemos observar na mesma ata, "*a Câmara é composta de lavradores, quatro dos quais residem em suas fazendas, de um médico e dois advogados.*" (GUISARD FILHO, 1944, p. VII-36)

A consequência disso é o fato de a municipalidade extrair das atividades urbanas o máximo de recursos para uso público, não recaindo sobre os fazendeiros os pagamentos de impostos. Sendo assim, Paula Toledo manifesta sua não concordância quanto ao parecer da comissão permanente de isentar de impostos de fábricas e profissões as oficinas de ferreiro e carpinteiro, argumentando que, "*se somente com a simples alegação do suplicante sem prova e sem a informação do procurador da Câmara definir-se a petição supra e retro, seria afirmar-se pela câmara, um precedente abusivo.*" (GUISARD FILHO, 1944, p. VII-37-8)

A pedido, a sessão foi interrompida, ouvido o procurador da Câmara e em seguida declarada indeferida a petição do Sr. João Lindquer. (GUISARD FILHO, 1944, p. VII-38)

O conflito de interesses é local, pois quando o governo imperial estabelece novo regulamento para a arrecadação do imposto de indústrias e profissões, a Câmara Municipal aprova imediatamente o encaminhamento ao ministro da Fazenda, por intermédio do presidente da Província, um abaixo-assinado da classe comercial e industrial de Taubaté, reclamando da inconveniente classificação de Taubaté como cidade de primeira classe. (GUISARD FILHO, 1944, p. VII-197-8)

A posição é de defesa da manutenção da renda no município, contanto que no município os ônus recaiam sobre os setores urbanos. Afinal, as atividades urbanas eram as maiores beneficiárias dos gastos públicos em serviços prestados visando suprir as necessidades da população, tais como limpeza, saneamento básico, iluminação pública, etc.

Na época, havia a política de concessões do saneamento básico que muitas vezes eram cedidas a empresas de engenharia estrangeiras, como a City, que atuou na cidade de São Paulo e construiu o bairro de Higienópolis. No entanto, os municípios do interior careciam de viabilidade econômica para ser de interesse de empresas habilitadas a oferecerem seus serviços.

Isso abria espaço para duas situações: ou se contratavam empresas que não cumpriam os contratos, ou as pessoas ligadas à elite local assumiam a sua concessão. No primeiro caso, temos o exemplo de Lorena. (EVANGELISTA, 1997, p. 191-3) No outro, temos o exemplo do engenheiro civil Fernando de Mattos, graduado em Paris, que encontramos como concessionário do serviço de abastecimento de água em Taubaté, em 1886. (GUISARD FILHO, 1944, p. VI-223)

Encontramos grandes embaraços e imprevistos na execução dos serviços, porém, observamos boas relações entre o poder municipal e o concessionário, incluindo-se aí tolerância nos prazos e defesa da concessão perante outros.

É o que ocorre com a Companhia Progresso, responsável pelo abastecimento de água em Taubaté. O engenheiro Fernando de Mattos, filho de tradicional família cafeicultora da cidade obtém prorrogação de prazos para finalizar obras da adução e complementação orçamentária para os serviços contratados. Há ainda a defesa do concessionário, proibindo-se a instalação de tubulação de adução de outras companhias para uso próprio, mesmo

sendo a captação e obras às suas expensas e em suas propriedades. Para isso contribuía muito o código de posturas, que oferecia legislação para garantir os interesses da elite local.

Nesse ambiente, as atividades urbanas irão conquistando importância maior na geração e distribuição da renda gerada, abrindo espaço para atividades industriais, dentro das limitações impostas pelo comando político ligado às atividades tradicionais.

O TRANSBORDAMENTO PIONEIRO DA METRÓPOLE PAULISTA

Durante o período estudado, há especificamente para o setor têxtil uma grande concentração de empresas na capital paulista, assim como a consolidação do setor. Essas condições oferecem a possibilidade de expansão, com a instalação de unidades produtivas em outras regiões, principalmente aquelas que dispunham de boas condições de transporte, ou seja, as ferrovias.

A instalação de ferrovias no Brasil fez-se a partir da década de 1860, sendo que no Estado de São Paulo a mais importante ferrovia foi a São Paulo Railway, que, a partir de 1867, ligava Santos a Jundiaí. A partir da construção dessa estrada, outras ferrovias foram construídas, como a Mogiana, a Paulista, a Sorocabana.

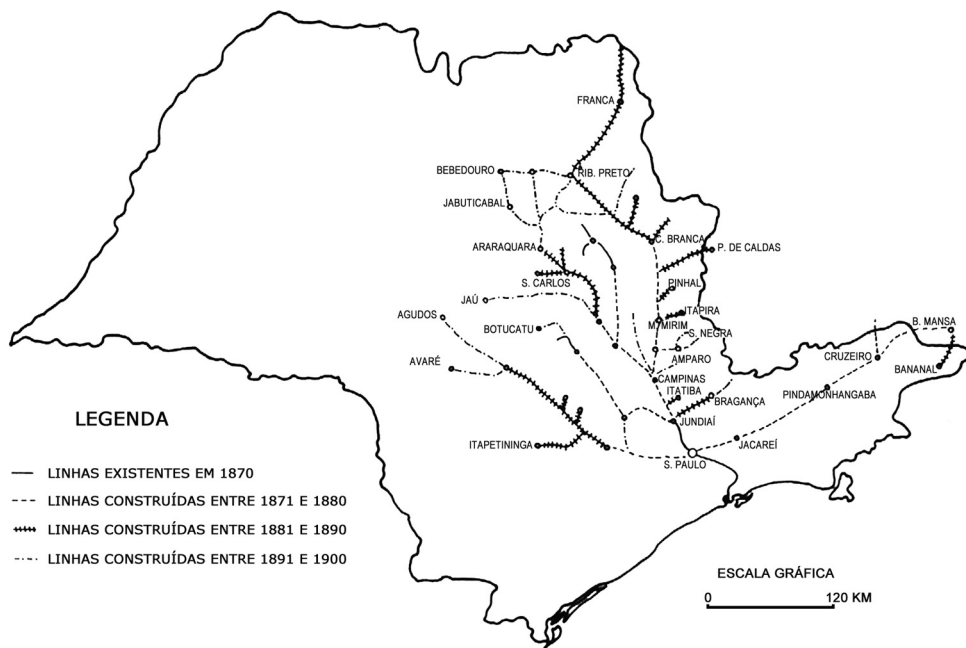


Figura 1 - A Evolução Ferroviária de São Paulo até 1900

Fonte: MATOS, O.N. de *Café e Ferrovias*. Campinas, SP: Pontes, 1990. p.171.

tempo, pois a locomoção até o município vizinho implicava operações adicionais de armazenamento e transporte. Soma-se a isso o fato de que os cafeeiros já estavam maturados em sua maior parte, restando áreas de expansão de plantação nas cidades mais próximas da capital; como mostramos no perfil da evolução da produção regional acima, serão aqueles municípios que continuarão com uma produção de café significativa até a década de 1930. No entanto, a chegada da ferrovia facilitou o contato com as duas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, incentivando novas atividades econômicas e expandindo o comércio da região.

Observando a região do Vale do Paraíba Paulista, na Figura 1, percebemos uma aglutinação de indústrias ao longo da ferrovia, exceção da Fábrica de Tecidos Santo Antônio, de São Luis do Paraitinga organizada em 1875, antes da vinda da ferrovia, e utilizava-se do porto de Ubatuba para o escoamento de sua produção.

Nota-se também que as indústrias estavam instaladas em municípios mais próximos da cidade de São Paulo, centro de maior consumo do país, mostrando que a indústria têxtil regional desenvolveu-se a partir dos efeitos gerados pelo centro dinâmico.

A dinâmica da evolução urbana altera-se, passando a estação ferroviária a ser o ponto de referência para o posterior desenvolvimento da cidade. Dessa maneira, as atividades econômicas dos municípios irão ser instaladas próximas às estações, pois, tanto para o transporte de passageiros quanto para o recebimento e envio de mercadorias será a ferrovia o grande meio de transporte utilizado. Essa dinâmica é ilustrada com os mapas abaixo.

Mas quais seriam as condições urbanas de instalação dessas indústrias?

Se os pressupostos teóricos deste trabalho apontam como caminho da industrialização a busca de condições ótimas de investimento, a localização no município era fator importante. Em nossa análise, discutiremos os municípios de Jacareí e Taubaté. Optamos por esses dois municípios por várias razões, dentre as quais, eram os que tinham indústrias têxteis mais consolidadas. No caso de Guaratinguetá, a CFT Guaratinguetá tinha forte vínculo com a família Rodrigues Alves, e foi instalada em bairro de propriedade da família. Caberia, talvez, uma avaliação da expansão urbana e de possíveis especulações de valorização de terrenos no desenvolvimento ulterior da cidade, porém, se verdadeiro, esse processo só ocorreria posteriormente ao nosso período de estudo. Para São José dos Campos, a instalação de unidades industriais têxteis, em especial a Tecelagem Parahyba, deu-se junto à via férrea, que ficava fora do centro da cidade.

Sendo assim, Taubaté e Jacareí permitem uma análise melhor da relação entre a instalação das indústrias e o processo de urbanização.

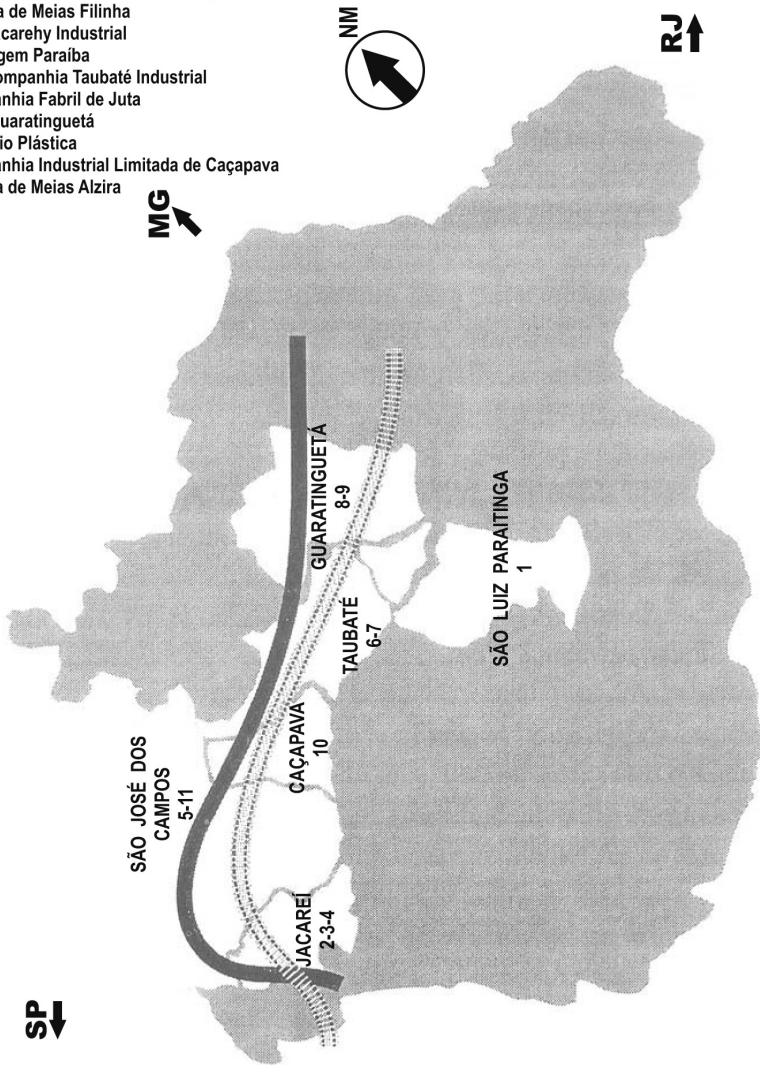
Voltemo-nos então para a nossa questão, ou seja, onde se instalam as indústrias na cidade visando obter melhores condições para sua atividade produtiva.

Analisando-se em conjunto, percebemos que elas se instalaram em zonas contíguas aos centros. Isso possibilitava acesso à cidade, aos seus serviços públicos, como bancos, correios, etc. e à mão-de-obra operária, diminuindo os custos com esta por meio de um acesso mais rápido ao local de trabalho.

Observamos também que as indústrias instalam-se próximas à linha ferroviária.

Em Taubaté, como pode ser observado na figura 2, tanto a CTI quanto a Companhia Fabril de Juta tinham suas unidades industriais junto à linha férrea e contíguas à região central da cidade, em lados opostos. O posterior crescimento da área urbana envolveu as duas fábricas, sendo que, na década de 1940, ambas construíram vilas operárias junto às unidades fabris, o que constituiu em mais um benefício indireto para as Companhias, pois foram construídas em áreas com infra-estrutura urbana. A CTI construiu um conjunto de casas na década de 1910, destinadas apenas aos mestres e administradores.

- 01 - Fábrica de Tecidos Santo Antonio
- 02 - Malharia Nossa Senhora da Conceição
- 03 - Fábrica de Meias Filinha
- 04 - S.A. Jacarehy Industrial
- 05 - Tecelagem Paraíba
- 06 - CTI Companhia Taubaté Industrial
- 07 - Companhia Fabril de Juta
- 08 - CFT Guaratinguetá
- 09 - Lanifício Plástica
- 10 - Companhia Industrial Limitada de Caçapava
- 11 - Fábrica de Meias Alzira



LEGENDA	
	ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL
	RIO PARAÍBA
	VALE DO PARAÍBA
	TRECHO PAULISTA
	LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS

Figura 3 - Vale do Paraíba, trecho Paulista - Localização das Indústrias Têxteis

Fonte: The New International Atlas, Chicago: Rand MACNALLY & Company, 1981. p. 256-257.

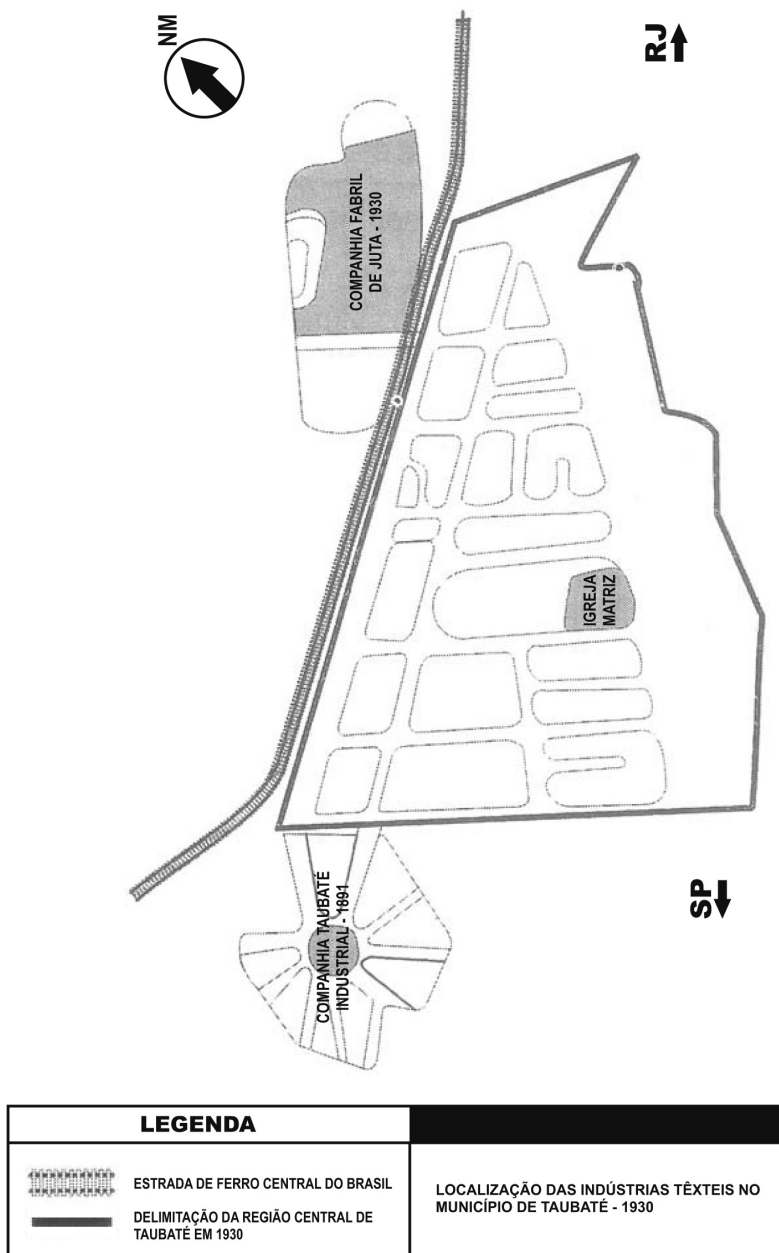


Figura 4 - Taubaté, Localização das Indústrias Têxteis, 1930

Fonte: Mapa da cidade de Taubaté, Prefeitura Municipal de Taubaté, 1986.

- MULLER, N. L., **Taubaté - Estudo de Geografia Urbana**, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 71-109, 1964.

Em Jacareí, observamos, na figura 3, um fenômeno diferente. A área onde se instalaram as fábricas era também contígua à área central da cidade definida anteriormente à chegada da ferrovia. Com a instalação da ferrovia, foram abertas várias ruas em continuação ao centro da cidade, passando a expansão urbana a tomar o rumo nordeste a noroeste em relação ao centro. Os terrenos doados para a instalação das indústrias situavam-se nessa nova área de expansão, porém, não adjacentes à ferrovia. Podemos observar um "planejamento" do crescimento da cidade, com a agregação dessa área à sua zona urbana, permanecendo as fábricas na periferia desse centro expandido. Assim, a abertura de bairros populares, onde residiam os operários iniciou-se a partir da área delimitada pela instalação das unidades fabris.

Em ambos os municípios, encontramos aberturas de ruas para o acesso às fábricas, principalmente dos operários. Essas concessões eram feitas quando no poder municipal achavam-se os representantes das indústrias, como foi o caso da abertura da rua dos Operários, que dava acesso à CTI e foi implantada na gestão de Félix Guisard a pedido da empresa. (PASSARELLI, 1996, p. 469-70) Também em Jacareí encontramos pressões junto ao poder público no mesmo sentido, só que desta vez por parte dos operários, através de abaixo-assinado. (Ata da Câmara, 21/6/1914)

Houve situações que foram resolvidas por iniciativa das indústrias, como a alteração do traçado da rua Padre Carlos, que foi remodelada e saneada pela CTI. Isso porque, quando chovia, não havia escoamento para as águas, provocando focos de mosquitos e deixando-a inutilizada para o trânsito público. (Ata da Câmara, 7/6/1923)

Portanto, se a ferrovia não dinamizou a atividade cafeeira, como no oeste paulista, ela contribuiu para a intensificação da urbanização e a consolidação da nova vocação regional, a atividade manufatureira, voltada para atender às demandas dos grandes centros urbanos.

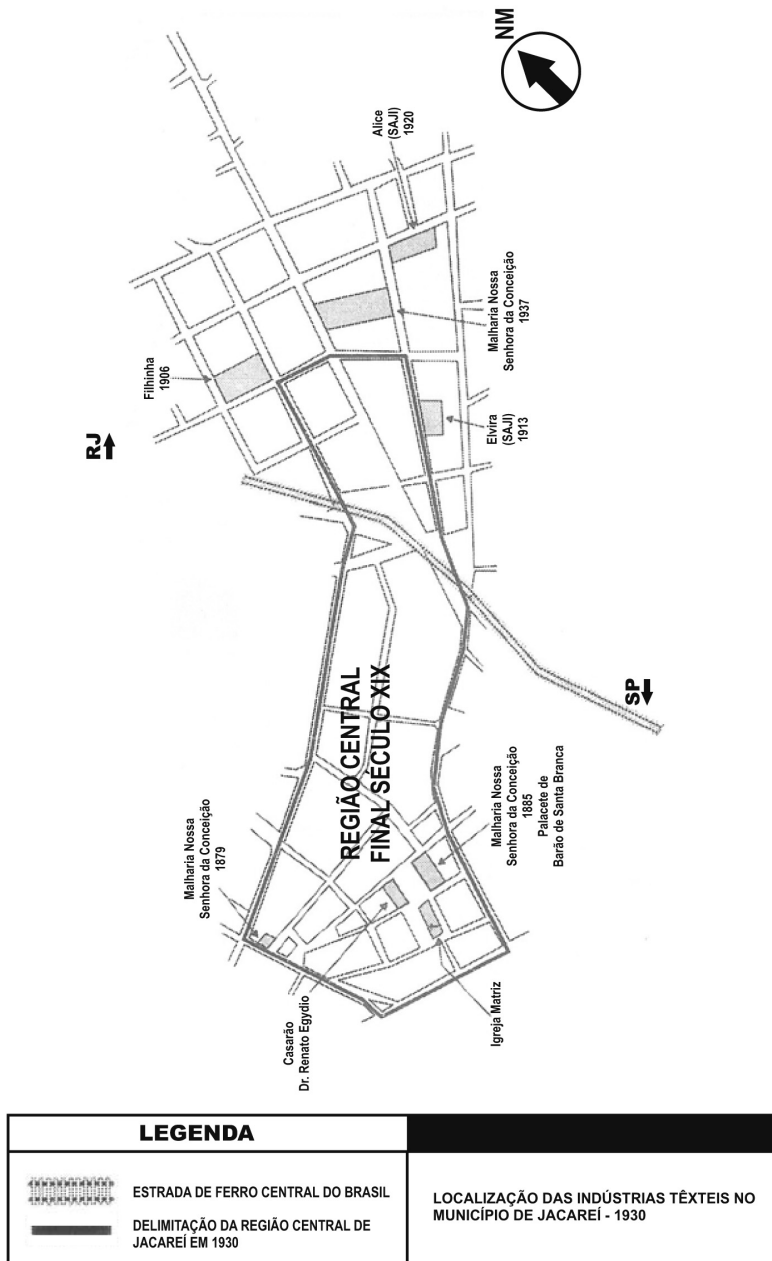


Figura 5 - Jacareí, Localização das Indústrias Têxteis, 1930

Fonte: LENCIONE, B. S. **Evolução Urbana de Jacareí**. (No prelo)
 - Prefeitura Municipal de Jacareí, **Mapa do Município de Jacareí**, Agosto. 2000.
 - DENIS NETTO, J. B. **Pelas Ruas da Cidade**, Jacareí: Seminário, 1993. p. 21.

CONCLUSÃO

O artigo discutiu a evolução do processo de uma região agrícola, pioneira da economia cafeeira, para a formação de uma economia urbano-industrial. Primeiramente abordou a dinâmica da economia cafeeira e seus efeitos sobre a renda e a população regional, demonstrando que houve uma decadência da produção do café desigual entre os municípios da região, sendo que enquanto alguns experimentaram vertiginosa e contínua queda de produção e conseqüente atrofia econômica, outros mantiveram a renda com a atividade cafeeira, devido em parte à política de defesa do preço do café implantada em 1906, com o convênio de Taubaté. Quanto à população observa-se uma evolução positiva paralela à atividade cafeeira durante o seu período de auge, passando a estagnar ou até diminuir no período de decadência definitiva da atividade, mesmo naqueles municípios em que a atividade cafeeira manteve-se, demonstrando que o dinamismo econômico e seus efeitos multiplicadores diminuíram sensivelmente. No entanto já aparece um processo de urbanização mais intensa, com alguns municípios mais dinâmicos atingindo até mais da metade da população em área urbana. As primeiras atividades industriais eram de aproveitamento de matérias-primas locais, foi o caso da iluminação de xisto betuminoso e a olaria, e voltadas para o abastecimento local ou regional. Havia atividades eminentemente urbanas, como a fábrica de troles e os serviços de saneamento básico, que geravam relações contraditórias. Havia necessidade dessas atividades, porém experimentaram situações paradoxais, pois eram bastante gravadas em impostos e não recebiam incentivos, uma vez que o poder municipal era constituído por agricultores que procuravam transferir para as atividades urbanas os impostos locais recebidos. Mas, no sentido contrário, procuravam defender as atividades produtivas locais atraindo incentivos e subsídios dos governos estaduais e da união. Outras atividades foram desenvolvidas por influência da expansão urbana externa, foi o caso do arroz, cuja significativa parcela da produção era destinada ao abastecimento da capital paulista. Desta maneira, as atividades industriais ora contrariavam ora complementavam os interesses dos poderes locais. Por fim aponta o transporte ferroviário como um importante fator para a transferência da indústria têxtil da capital paulista para o interior, sendo a região do Vale do Paraíba paulista beneficiada nesse processo. Nesse sentido, enquanto a capital paulista dinamizava-se recebendo novos setores industriais, como o metalúrgico e o químico, transferia para o Vale do Paraíba paulista o setor mais tradicional, menos especializado e mais intensivo em mão-de-obra, realizando precocemente o transbordamento da atividade industrial da capital para o interior. Os efeitos da instalação das ferrovias na região gerou uma influência significativa no direcionamento do crescimento das áreas urbanas das cidades, fazendo com que novas plantas industriais se instalassem à margem das ferrovias e contíguas à região central.

A conclusão geral é a de que a atividade cafeeira gerou renda e capital suficientes para dar sustentação a uma transição da atividade agrícola para a atividade industrial, gerando desde o final do século XIX e início do século XX uma cultura em que a atração de investimentos industriais seria a alternativa de desenvolvimento local, o que gerou especificidades regionais no processo de formação urbano-industrial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. de. **Taubaté: De Núcleo Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba.** Aparecida: Santuário, 1985.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1990.
- DELFINO NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil.** São Paulo: IPE/USP, 1961.

- EVANGELISTA, J. G. **Lorena no século XIX**. São Paulo: Governo do Estado, 1987.
- FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: HOLANDA, S. B. de; FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Vol. 1-Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985:193-248.
- GRAHAM, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil.1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GUISARD FILHO, F. **Documentos para a História do Vale do Paraíba – Taubaté-Atas da Câmara (1884-1886)**. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1944. vol. VI.
- GUISARD FILHO, F. **Documentos para a História do Vale do Paraíba - Atas da Câmara Municipal de Taubaté (1887-1890)**. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1944. v. VII,
- KOWARIC, L. **Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 1994.
- LANNA, A.L. D. **A transformação do Trabalho - 1870-1920**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- LUZ, N. V. **A Luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MATOS, O. N. de. **Café e Ferrovias**. Campinas-SP: Pontes, 1990.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, F. Belisário Soares de Souza**. Rio de Janeiro, 1887.
- MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaios**. São Paulo: BIPA-EDITORES, 1946
- MÜLLER, N. L. **O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.a
- MÜLLER, **Industrialização do Vale do Paraíba**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1969.b
- OLIVEIRA, G. B. M. de. **Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria Fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S, 1992.
- PACHECO E CHAVES, E. A. Et Al. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo**. São Paulo: Comissão Central de Estatística, 1888.
- SOCIETÁ 30 di Aprile. **Quiririm- Presença e História Italiana**. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

Recebido em outubro de 2012

Revisado em agosto de 2013

Aceito em outubro de 2013

